

AGENTE AMBIENTAL



Município de Toropi/RS
Concurso Público 001/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após 1 hora de prova

 O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▣ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▣ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▣ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▣ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▣ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Assistência farmacêutica no Brasil

A análise das políticas públicas voltadas à assistência farmacêutica (AF) no Brasil exige a consideração de processos históricos complexos, nos quais interagem dimensões institucionais, disputas técnico-científicas e dinâmicas sociais, inscritas na conformação do Sistema Único de Saúde (SUS). De forma pioneira, o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX, constituindo elos fundantes da história e da política de saúde no Brasil. Sua conquista mais visível, a implantação do SUS, transformou profundamente o setor, incluindo a definição de novos horizontes para a AF. Ambos os movimentos enfatizaram a necessidade de garantir o pleno acesso aos medicamentos, reforçando a urgência de institucionalizar uma política nacional de medicamentos.

A promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), que instituiu o SUS, inseriu, pela primeira vez, a assistência terapêutica e farmacêutica no conjunto das ações e serviços de um sistema de saúde. Até então, os medicamentos estavam sob a responsabilidade da Previdência Social, sendo regidos pela Central de Medicamentos (CEME). Criada em 1971, essa autarquia mantinha relativa independência frente ao Ministério da Saúde (MS) e atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários.

Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF, até então marcada por um desenho centralizado e excludente. A proposta da CEME confrontava diretamente os novos paradigmas inaugurados pelo SUS. Nesse contexto, a inclusão do acesso à farmacoterapia no âmbito das políticas sanitárias estabeleceu o compromisso de sua garantia como um direito público, sob responsabilidade do Estado. No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade.

O primeiro marco político nesse sentido foi a aprovação da Política Nacional de Medicamentos (PNM), em 30 de outubro de 1998. Elaborada sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Saúde do MS, e integrante da Política Nacional de Saúde, a PNM buscou alinhar a questão dos medicamentos e da AF ao modelo assistencial do SUS, especialmente no que se refere à implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população. Com o objetivo de garantir a segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, bem como promover seu uso racional, a PNM observa e fortalece os princípios e as diretrizes constitucionais e legalmente estabelecidos.

É evidente o esforço de adequação do campo farmacêutico aos princípios do SUS. Todavia, o desenho dessa política ainda preserva uma ênfase centrada no medicamento, orientando não apenas a modelagem da assistência farmacêutica, mas também um amplo conjunto de ações correlatas. Assim, se antes da PNM havia uma desarticulação da assistência farmacêutica no âmbito dos serviços de saúde, a (re)articulação promovida por essa política foi estruturada com base nos contornos estabelecidos pelo medicamento. Nesse sentido, limitar sua compreensão a uma função exclusivamente terapêutico-assistencial desconsidera a multiplicidade de modos de existência e de ação que o medicamento pode assumir, obscurecendo as ambivalências que o situam em contextos culturais e sociais específicos.

Os medicamentos são veículos de ideologias: moldam percepções de saúde, constroem identidades e influenciam valores e relações sociais. Sua apropriação, portanto, requer uma observação ampliada, que os considere como parte de uma dinâmica do cuidado, capaz de revelar a arquitetura das relações sociais nas quais estão inseridos. Somente assim é possível reconhecer os processos plurais e, por vezes, conflitivos que vinculam medicamentos e farmacêuticos à produção de saúde.

Fonte: PENAFORTE, T. R. Assistência farmacêutica no Brasil: uma análise antropológica da formulação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, 2026 (com adaptações).

Questão 01. Com base nas ideias expressas no texto a respeito dos processos históricos que envolveram a saúde pública e a Assistência Farmacêutica no Brasil, analise as assertivas que seguem:

- I. A assistência farmacêutica no Brasil formou-se à margem das lutas sociais e das dimensões institucionais que ergueram o Sistema Único de Saúde.
- II. A implantação do Sistema Único de Saúde é apontada pelo texto como o resultado de maior visibilidade alcançado pelos movimentos sanitários.
- III. A assistência farmacêutica já integrava o conjunto de ações e serviços do sistema nacional de saúde antes da aprovação da Lei Orgânica da Saúde.
- IV. Tanto o Movimento Sanitário quanto a Reforma Sanitária defenderam a garantia do pleno acesso da população aos medicamentos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

Questão 02. A reconstrução histórica das políticas públicas de assistência farmacêutica (AF) no Brasil revela que a consolidação dos preceitos do Sistema Único de Saúde não ocorreu de forma imediata. Ao analisar a trajetória institucional que vai da criação da Central de Medicamentos às reformas do final do século XX, o texto demonstra que a incorporação efetiva das diretrizes constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade na AF deu-se:

- (A) De maneira simultânea e automática à criação da Central de Medicamentos, em 1971, autarquia que já operava sob a gestão direta do Ministério da Saúde.
- (B) Imediatamente após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde, a qual consolidou, de pronto e na prática imediata, a descentralização do acesso aos fármacos.
- (C) De forma gradual e progressiva, culminando na aprovação e institucionalização da Política Nacional de Medicamentos no final da década de 1990.
- (D) Antecipadamente à Constituição de 1988, momento em que a Lei Orgânica da Saúde transferiu a responsabilidade da farmacoterapia para a Secretaria de Políticas de Saúde.

Questão 03. Ao afirmar que a Central de Medicamentos atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários, o autor deixa subentendido que a política pré-SUS:

- (A) Assegurava distribuição gratuita e irrestrita de remédios a toda a população brasileira sem distinção de renda.
- (B) Operava sob uma lógica mercantil e segmentada, distanciada do princípio de universalidade do acesso.
- (C) Delegava aos estados e municípios a responsabilidade total pela compra e distribuição de fármacos.
- (D) Subordinava as estratégias de oferta da indústria farmacêutica privada às diretrizes sanitárias unificadas do Ministério da Saúde.

Questão 04. De acordo com o texto, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), integrante da Política Nacional de Saúde, foi elaborada com a finalidade de alinhar a Assistência Farmacêutica às diretrizes do Sistema Único de Saúde. A respeito dos objetivos expressos da PNM, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um de seus pilares fundamentais.

- (A) A priorização da fiscalização da indústria em detrimento da dimensão assistencial do atendimento.
- (B) A transferência do controle logístico de insumos essenciais de saúde para consórcios do setor privado.
- (C) O condicionamento da garantia de qualidade dos insumos à prévia comprovação da capacidade de financiamento por parte dos estados e municípios.
- (D) A promoção do uso racional dos medicamentos, articulada à garantia de sua eficácia e qualidade.

Questão 05. No encerramento do texto, o autor defende a necessidade de superar a visão puramente instrumental do insumo farmacêutico. Ao caracterizar os medicamentos como **veículos de ideologias**, o texto fundamenta a tese central de que esses produtos:

- (A) Carregam múltiplos modos de ação e existência que extrapolam a neutralidade biológica, moldando valores e percepções no âmbito da atenção à saúde.
- (B) Devem ter sua utilidade avaliada sob a perspectiva da eficácia biomédica e da segurança farmacológica aferidas em ensaios clínicos controlados.
- (C) Servem como instrumentos de doutrinação partidária utilizados pelo Estado para impor diretrizes sanitárias sem o consentimento da população.
- (D) Atuam como elementos de distorção da prática farmacêutica, ao subordinar a ética assistencial dos profissionais aos interesses de lucratividade do complexo econômico-industrial.

Questão 06. A respeito dos recursos coesivos, das relações sintático-semânticas e das escolhas estilísticas empregadas no quinto parágrafo do texto, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O uso do prefixo entre parênteses na palavra (re)articulação cumpre a função discursiva de denotar que a integração promovida pela PNM restaurou exatamente o mesmo modelo que vigorava na época da CEME.

*(2ª parte): O conector **Todavia** estabelece uma relação de causalidade, indicando que o foco no medicamento é o motivo direto para o sucesso da adequação às diretrizes do Sistema Único de Saúde.*

Pode-se afirmar que:

- (A) A 1ª parte é verdadeira, e a 2ª parte é falsa.
- (B) A 1ª parte é falsa, e a 2ª parte é verdadeira.
- (C) Ambas as partes são verdadeiras.
- (D) Ambas as partes são falsas.

Questão 07. Com base na interpretação do texto no tocante às diferenças entre o arranjo institucional pré-SUS e a consolidação do acesso à farmacoterapia como política pública sanitária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Antes do processo de reconfiguração institucional trazido pelo Sistema Único de Saúde, a gestão dos medicamentos estava vinculada à Previdência Social.
- (B) A estrutura da CEME caracterizava-se pela ausência de autonomia frente ao Ministério da Saúde, ao qual se alinhava de forma simétrica desde sua criação.
- (C) A inclusão do acesso à farmacoterapia no campo das políticas sanitárias formalizou o compromisso de garantir esse acesso como um direito público.
- (D) Sob o modelo do Sistema Único de Saúde, a garantia do acesso à farmacoterapia passou a ser de responsabilidade direta do Estado.

Questão 08. Analise a estrutura sintático-gramatical e as regras de acentuação gráfica do trecho a seguir: **o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX...** Em relação às propriedades linguísticas do período, analise as assertivas abaixo:

- I. A presença do vocábulo **que** atua como elemento de coesão sequencial, mantendo a unicidade de um período simples estruturado sobre uma só oração.
- II. Os vocábulos **fenômenos** e **século** são acentuados graficamente com base na mesma regra ortográfica, pois ambos são palavras proparoxítonas.
- III. O verbo **configuraram** possui sujeito composto, constituído pelos núcleos **Movimento Sanitário** e **Reforma Sanitária Brasileira**.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 09. No trecho **No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais**, a alteração no emprego das vírgulas que mantém a correção gramatical e o sentido original do texto é:

- (A) No entanto somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.
- (B) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva os, dispositivos constitucionais.
- (C) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva os dispositivos constitucionais.
- (D) No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF, passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.

Questão 10. Considere as propriedades fonológicas e morfológicas das palavras presentes no seguinte trecho: **Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF...** Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação INCORRETA.

- (A) A palavra **reconfiguração** apresenta correspondência quantitativa entre o número de letras e o de fonemas.
- (B) O vocábulo **institucional** pertence à classe gramatical dos adjetivos, sendo uniforme quanto ao gênero.
- (C) O vocábulo **Essa** pertence à classe gramatical dos pronomes, sendo um pronome demonstrativo.
- (D) A palavra **assistencial** apresenta dois fonemas a menos do que o seu total de letras.

LEGISLAÇÃO

Questão 11. Sobre tributos municipais, a Lei Orgânica traz que uma lei municipal deverá estabelecer isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana para proprietários comprovadamente pobres, com _____, de baixo valor, determinando os critérios e limites para averiguação destas condições.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) poucos móveis.
- (B) CPF irregular.
- (C) dívidas.
- (D) apenas um imóvel.

Questão 12. Qual das alternativas, de acordo com a Lei Orgânica, traz a legislação que compreende as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluídas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que disporá sobre as alterações na legislação tributária e que estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, entre outros?

- (A) Lei do Plano Plurianual.
- (B) Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei do Orçamento Anual.
- (D) Lei dos Tributos Municipais.

Questão 13. A Lei Orgânica traz que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização:

- (A) Executiva.
- (B) Legislativa.
- (C) Judiciária.
- (D) Popular.

Questão 14. O Servidor Municipal abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social, ingressante no serviço público municipal de Toropó até 31 de dezembro de 2019, será aposentado voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de _____ anos de efetivo exercício no serviço público e _____ anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas algumas condições previstas na Lei Orgânica.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) cinco; cinco.
- (B) dez; dez.
- (C) cinco; dez.
- (D) dez; cinco.

Questão 15. A Lei Orgânica estabelece que, valendo-se de sua autonomia e competência asseguradas nas Constituições Federal e Estadual, o Município deve elaborar projetos ou programas de desenvolvimento local, atento aos princípios gerais estabelecidos na Constituição Federal, no campo da Atividade Econômica, da Política Urbana e de outras previstas em quantos dos itens que seguem, como exemplos? **I.** Do Desenvolvimento Rural; **II.** Da Assistência Social, da Educação, da Cultura e do Desporto; **III.** Do Meio Ambiente.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 16. Analise as assertivas que seguem, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, acerca do repouso semanal:

- I.** Para cada hora de falta sem motivo justificado, o servidor perderá a mesma quantidade de horas na remuneração de repouso da semana.
- II.** Nos serviços públicos ininterruptos, poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis ou religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cem por cento, salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 17. Sabe-se que o exercício de atividade em determinadas condições assegura ao servidor a percepção de um adicional de cinco, dez e vinte por cento sobre o piso básico do Município, segundo a classificação dos graus: mínimo, médio e máximo, respectivamente. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos também traz que os percentuais serão verificados periodicamente e adequados conforme o grau indicado no laudo elaborado por profissionais capacitados para este fim e demais critérios da legislação específica.

Diante disso, quais seriam as condições citadas para as características desse adicional?

- (A) Perigosas.
- (B) Constrangedoras.
- (C) Insalubres.
- (D) Penosas.

Questão 18. Analise o texto a seguir, com base no que traz o Regime Jurídico dos Servidores Públicos:

Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, à critério da Administração e com reposição de custos, até o limite de trinta e cinco por cento da remuneração, excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o limite citado é de trinta por cento da remuneração.
- (C) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que não são excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias da remuneração no cálculo do limite citado.

Questão 19. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o adicional por tempo de serviço, _____, é devido por ano de serviço público prestado ao Município, à razão de _____ por cento ao ano. Ainda, o servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio, e incidirá sobre o seu vencimento básico.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) não cumulativo; um.
- (B) não cumulativo; meio.
- (C) cumulativo; um e meio.
- (D) cumulativo; um.

Questão 20. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos afirma que não será concedida ajuda de custo ao servidor que:

- I.** For posto à disposição da União, do Estado, de outro Município ou de entidade autárquica.
- II.** Se afastar da sede em virtude de mandato eletivo.
- III.** For removido a pedido ou por permuta.

Estão CORRETAS:

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Analise o trecho abaixo, conforme o que dispõe a Lei Federal nº 11.428/2006:

O corte, a supressão e a exploração da _____ do Bioma Mata Atlântica poderão ser autorizados quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) vegetação secundária em estágio médio de regeneração.
- (B) vegetação secundária em estágio inicial de regeneração.
- (C) vegetação secundária em estágio avançado de regeneração.
- (D) vegetação primária.

Questão 22. Em uma vistoria técnica e de fiscalização, um Agente Ambiental identificou uma propriedade privada sobreposta à área delimitada da Reserva Biológica Municipal das Araucárias. O proprietário do imóvel rural alegou que pretende manter a produção agrícola sustentável e abrir uma pousada para ecoturismo na área. Com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), da Lei Federal nº 9.985/2000, e no regime jurídico aplicável a essa categoria de Unidade de Conservação, analise as assertivas a seguir quanto à atuação e orientação legal prestada pelo Agente Ambiental:

- I. A Reserva Biológica pertence ao grupo das Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.
- II. A Unidade pode abranger terras privadas, devendo o Agente autorizar a continuidade da produção agrícola desde que o uso dos recursos pelos proprietários não comprometa os objetivos de conservação da área.
- III. Por se tratar de uma Reserva Biológica, é proibida a visitação pública e a exploração comercial do turismo, exceto se a visita tiver objetivo estritamente educacional, de acordo com regulamento específico da Unidade.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas III.
- (D) I, II e III.

Questão 23. O Agente Ambiental recebeu um processo administrativo referente ao pedido de renovação da licença ambiental de uma empresa local. Durante a análise, o profissional verificou os prazos para protocolização do requerimento, as instâncias de recurso cabíveis em caso de indeferimento e os limites da competência legislativa do Município quanto ao enquadramento das atividades passíveis de licenciamento. Com base na Lei Municipal nº 638/2009, que dispõe sobre a Política do Meio Ambiente do Município, analise as assertivas a seguir:

- I. Os pedidos de renovação de licença deverão ser protocolizados com antecedência de 120 dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação do órgão ambiental do Município.
- II. No caso de indeferimento da concessão de quaisquer das licenças, caberá recurso ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), no prazo de 15 dias, contados da notificação da decisão.
- III. O Município poderá legislar, dentro do conceito de interesse local, para enquadrar as atividades passíveis de licenciamento, que não estejam previstas na legislação ambiental estadual ou federal.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II.
- (D) I, II e III.

Questão 24. A Mata Atlântica é uma das formações florestais mais ricas em biodiversidade do planeta, mas também uma das mais ameaçadas. Originalmente, estendia-se por uma grande faixa do litoral brasileiro, cobrindo diferentes relevos e promovendo condições microclimáticas variadas. O bioma é classificado como um *hotspot* mundial de biodiversidade. Considerando as características ecológicas, estruturais e o estado atual de conservação da Mata Atlântica, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Esse bioma apresenta alta taxa de endemismo para anfíbios, répteis, mamíferos e vegetais superiores.
- (B) Nesse bioma, as árvores de grande porte possuem predominantemente folhas pequenas, rígidas e modificadas em espinhos (xerofitismo severo).
- (C) Esse bioma registra elevada presença de plantas epífitas, como orquídeas e bromélias, associadas à alta umidade relativa do ar.
- (D) Nesse bioma, a maior parte da cobertura vegetal remanescente encontra-se altamente fragmentada e isolada em pequenos trechos de floresta.

Questão 25. Um órgão ambiental realizou a fiscalização em um aterro sanitário e coletou amostras do efluente bruto (chorume) para análise laboratorial, visando verificar o potencial de degradação da qualidade da água em um rio próximo. Considerando os resultados esperados para esse tipo de efluente, a análise laboratorial do chorume demonstrará:

- (A) Elevada carga orgânica, o que representa alta Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e alta Demanda Química de Oxigênio (DQO).
- (B) Ausência total de sais dissolvidos e ausência de metais pesados.
- (C) Elevado teor de oxigênio dissolvido ($OD > 8 \text{ mg/L}$).
- (D) pH básico ($pH < 2,0$) com coloração transparente e inodora.

Questão 26. Durante uma vistoria técnica de fiscalização sanitária e ambiental em um centro médico municipal, o Agente Ambiental deve auditar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS). O profissional precisa verificar se a segregação na fonte está sendo realizada conforme os riscos biológicos, químicos, radiológicos e perfurocortantes dos resíduos. Considerando o acondicionamento adequado dos efluentes e resíduos sólidos, associe corretamente os grupos dos resíduos hospitalares da Coluna 1 às suas respectivas características dispostas na Coluna 2:

Coluna 1:

- (1) Grupo A.
- (2) Grupo B.
- (3) Grupo C.
- (4) Grupo D.
- (5) Grupo E.

Coluna 2:

- () Objetos que podem furar ou cortar (lâminas, agulhas, bisturis e/ou ampolas de vidro).
- () Resíduos comuns que não tenham sido contaminados ou que possam causar acidentes (luvas, gases, gesso, papéis e/ou materiais que possam ser reciclados).
- () Resíduos hospitalares radioativos, com carga de radioatividade além do padrão, sem possibilidades de reutilização (como os exames de medicina nuclear).
- () Substâncias químicas com potencial para provocar doenças e danos ao meio ambiente (corrosivos, inflamáveis, reativos e/ou tóxicos); é o caso, por exemplo, dos reagentes para laboratórios, remédios para câncer e outros.
- () Grande potencial de infecção, com agentes biológicos que podem causar infecção (bolsa de sangue contaminada e outros).

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- (B) 5 – 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 3 – 5 – 4 – 1 – 2.
- (D) 2 – 3 – 5 – 4 – 1.

Questão 27. O Agente Ambiental foi designado para conduzir uma reunião comunitária com produtores rurais em uma bacia hidrográfica que enfrenta período de estiagem severa. O objetivo do encontro era orientar a comunidade sobre a priorização dos usos da água, a importância da conservação do recurso e os pilares da gestão descentralizada do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). A fim de fundamentar corretamente as orientações do Agente Ambiental com base na Lei nº 9.433/1997, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A água é um recurso natural ilimitado, e não se pode colocar um valor econômico, visto que é um elemento fundamental a todos os seres.
- () Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- () A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- () A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) F – V – V – V.
- (D) V – V – F – F.

Questão 28. No intuito de atender às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e reduzir o volume de rejeitos encaminhados ao aterro sanitário regional, a Secretaria de Meio Ambiente de um município decidiu implantar um pátio municipal de compostagem para o tratamento da fração orgânica do lixo doméstico e das sobras da feira livre local. Para orientar a equipe técnica sobre os parâmetros físico-químicos e biológicos que regem a correta operação das leiras de compostagem, elaborou-se um manual explicativo. Com base nos fundamentos operacionais e nas características do processo de compostagem, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Trata-se de um processo biológico de decomposição aeróbia controlada.
- (B) A relação Carbono/Nitrogênio (C/N) inicial deve ser equilibrada no processo, em que o valor ideal para iniciar o processo é de 30 partes de carbono para 1 parte de nitrogênio (30:1).
- (C) Ocorre elevação de temperatura na fase termofílica, sanitizando o material final.
- (D) O processo gera grandes volumes de metano (CH_4) como subproduto da decomposição aeróbica.

Questão 29. Nos termos da Lei Estadual nº 15.434/2020, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) é um instrumento de ajustamento de conduta entre o órgão ambiental e o autuado, visando a cessar os danos e promover a recuperação do meio ambiente. Segundo a legislação ambiental vigente no estado, cumpridas integralmente as obrigações pactuadas pelo infrator no TCA, o valor da multa decorrente da infração poderá ser reduzido em até:

- (A) 90%.
- (B) 80%.
- (C) 50%.
- (D) 20%.

Questão 30. No exercício de suas atribuições de fiscalização e instrução técnica, o Agente Ambiental é designado para avaliar o parecer relativo à fase inicial de um projeto de parcelamento do solo urbano (loteamento residencial). O objetivo da análise nessa etapa é atestar a viabilidade ambiental da localização, aprovar a concepção do empreendimento e estabelecer os requisitos básicos a serem atendidos nas fases seguintes. Sabendo que o órgão ambiental municipal deve observar os limites legais, regidos pela Lei Federal nº 15.190/2025, para a concessão dos atos administrativos do licenciamento, o parecer técnico do Agente deve indicar que a Licença Prévia (LP) do empreendimento terá seu prazo de validade fixado em:

- (A) No mínimo, 3 anos, e, no máximo, 6 anos.
- (B) No mínimo, 5 anos, e, no máximo, 10 anos.
- (C) No mínimo, 4 anos, e, no máximo, 8 anos.
- (D) Prazo fixo de 3 anos.

Questão 31. Durante o processo de licenciamento ambiental prévio para a ampliação de uma zona industrial de pequeno porte, a equipe de fiscalização de um Município constata que o empreendedor apresentou um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) baseado na reunião de pareceres técnicos e diagnósticos elaborados por um grupo multidisciplinar de consultores, sem a utilização de matrizes de interação ou modelos matemáticos quantitativos para a ponderação dos dados. Ao analisar o estudo, o Agente Ambiental do grupo identifica que a metodologia empregada corresponde ao tradicional Método *Ad Hoc* de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Considerando as bases teóricas do licenciamento e da AIA, qual é a característica estrutural primária dessa abordagem?

- (A) Construção de fluxogramas de causa e efeito para impactos de terceira ordem.
- (B) Cruzamento matricial rigoroso entre 88 ações e 100 fatores ambientais.
- (C) Consulta a painéis de especialistas sem estrutura padronizada prévia.
- (D) Padronização de indicadores ambientais em uma escala adimensional de 0 a 1.

Questão 32. Um Agente Ambiental foi designado para fiscalizar e analisar requerimentos relativos ao cultivo, certificação e exploração de florestas plantadas com espécies nativas. Para fundamentar a sua análise técnica acerca da emissão do Certificado de Identificação de Floresta Plantada com Espécie Nativa (CIFPEN), ele deve aplicar as regras vigentes da Resolução CONSEMA nº 383/2018. Considerando o regramento estabelecido pela referida norma, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A fim de possibilitar a identificação da floresta plantada, o proprietário deverá apresentar a localização da área do plantio na propriedade, a listagem e quantidade das espécies, o ano de implantação e a descrição dos tratos culturais realizados no plantio e em sua manutenção.
- () Somente poderão ser certificados os plantios estabelecidos até o 6º ano de manejo, contados a partir da implantação das mudas.
- () A solicitação de Certificado de Identificação de Floresta Plantada com Espécie Nativa (CIFPEN) não isenta da apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- () A floresta plantada com espécie(s) nativa(s) a ser certificada deverá estar isenta de vínculos com débitos oriundos de infração ou quaisquer outros compromissos de regularização ambiental.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – V.
- (C) F – V – F – F.
- (D) V – F – F – V.

Questão 33. Durante uma ação de vistoria e manejo em uma Unidade de Conservação Municipal, o Agente Ambiental identifica uma infestação de uma espécie animal exótica invasora que está ameaçando a fauna nativa local. Ao elaborar o plano de ação emergencial para conter o avanço dessa população, a equipe do órgão ambiental depara-se com a necessidade de selecionar estratégias de manejo imediatas e diretas, sem a introdução de substâncias químicas ou agentes biológicos no ecossistema local. Diante desse caso, assinale a alternativa que apresenta um método legítimo de controle mecânico ou físico dessa população.

- (A) Modificação genética da vegetação nativa para torná-la tóxica à espécie exótica.
- (B) Disseminação de vírus específicos para redução da imunidade da espécie invasora.
- (C) Remoção direta por captura manual, instalação de armadilhas ou abate direcionado.
- (D) Criação de leis municipais proibindo a reprodução celular dos indivíduos invasores.

Questão 34. Em um estudo sobre o planejamento de redes municipais de drenagem urbana e prevenção de enchentes, um grupo de Agentes Ambientais analisa o padrão das equações de chuvas intensas (curvas IDF) da região. O levantamento indica que os maiores picos de vazão e risco de alagamentos pontuais ocorrem devido a tempestades torrenciais de pequena extensão territorial, desencadeadas pela ascensão vertical de ar aquecido pelo calor do solo nas horas mais quentes do dia. Considerando os mecanismos físicos de formação das chuvas estudados na hidrologia, esse tipo de evento pluviométrico é classificado como:

- (A) Precipitação orográfica.
- (B) Precipitação frontal.
- (C) Precipitação convectiva.
- (D) Precipitação de subsidência.

Questão 35. No âmbito do planejamento e da expansão do espaço urbano municipal, foi realizada a análise documental dos processos cadastrais de um novo loteamento aprovado pela Prefeitura. Ao conferir os instrumentos contratuais formalizados entre a empresa loteadora e os adquirentes dos lotes, o Agente Ambiental precisa verificar a conformidade dos contratos de compra e venda frente ao regime jurídico de proteção ao consumidor e do ordenamento territorial. Tendo por base as regras relativas aos contratos vigentes na Lei Federal nº 6.766/1979, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São revogáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito à adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.
- (B) O contrato deverá ser firmado em três vias ou extraídas em três traslados, sendo um para cada parte e o terceiro para arquivo no registro imobiliário, após o registro e anotações devidas.
- (C) Quando o contrato houver sido firmado por procurador de qualquer das partes, será obrigatório o arquivamento da procuração no registro imobiliário.
- (D) Se aquele que se obrigou a concluir o contrato de promessa de venda ou de cessão não cumprir a obrigação, o credor poderá notificar o devedor para outorga do contrato ou oferecimento de impugnação no prazo de 15 dias, sob pena de proceder-se ao registro de pré-contrato, passando as relações entre as partes a serem regidas pelo contrato-padrão.

Questão 36. No âmbito da Política do Meio Ambiente, a legislação local estabelece critérios para a aplicação de penalidades e sanções administrativas aos infratores que causam danos ambientais. De acordo com o disposto na Lei Municipal nº 638/2009, no tocante à gravidade das condutas que descumprem a legislação, as infrações classificam-se em:

- (A) Leves, graves, muito graves e gravíssimas.
- (B) Pequenas, médias e grandes.
- (C) Leves, graves, gravíssimas.
- (D) Leves, intermediárias e muito graves.

Questão 37. Um produtor rural, proprietário de um imóvel com área total de 125 hectares localizado na Região Sul do Brasil, procura o setor de licenciamento e fiscalização ambiental do Município para realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularizar a sua propriedade. Para dar andamento ao processo de adequação ambiental da atividade agropecuária, um Agente Ambiental instrui o proprietário sobre a exigência de delimitação da área destinada à manutenção da vegetação nativa a título de Reserva Legal. Considerando esse caso, assinale a alternativa que apresenta a área mínima, em hectares, que o produtor rural deverá destinar como Reserva Legal nessa propriedade.

- (A) 100 hectares.
- (B) 43,75 hectares.
- (C) 25 hectares.
- (D) 53,75 hectares.

Questão 38. Durante uma fiscalização, o Agente Ambiental identifica uma área de propriedade privada onde ocorreu a supressão não autorizada de vegetação nativa. Ao realizar a medição com o georreferenciamento, o Agente lavra o auto de infração, constatando a infração de desmatar, a corte raso, de 12 hectares de formações nativas localizadas fora da área de Reserva Legal e sem licença ou autorização do órgão competente. Considerando as sanções administrativas aplicáveis às infrações contra a flora previstas no Decreto Federal nº 6.514/2008, qual deve ser o valor total da multa simples a ser cobrado do infrator?

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 12.000,00.
- (C) R\$ 6.000,00.
- (D) R\$ 10.000,00.

Questão 39. Em uma vistoria técnica a uma fábrica de cimento no município, um Agente Ambiental identificou a necessidade de implementar um sistema primário para remoção de material particulado grosseiro (partículas espessas) diretamente do efluente gasoso das chaminés de moagem. O objetivo é proteger os equipamentos de exaustão e reduzir a carga de poluentes direcionada aos filtros secundários, utilizando um método físico na variação de densidade entre o gás e as partículas. Considerando as tecnologias de controle de emissões atmosféricas, qual equipamento o Agente deve recomendar para essa finalidade específica?

- (A) Ciclone separador.
- (B) Lavador de Venturi.
- (C) Filtro de mangas.
- (D) Precipitador eletrostático.

Questão 40. Em um município, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente recebe um pedido formal de cidadãos e representantes de uma associação de moradores que solicitam acesso aos dados e informações ambientais. O Agente Ambiental encarregado de instruir o protocolo de atendimento analisa a fundamentação legal do pedido sob a ótica da Lei Federal nº 10.650/2003, que trata da publicidade dos dados ambientais no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Para assegurar o devido cumprimento dos deveres de transparência pública e os limites legais do acesso às informações ambientais, avaliam-se as seguintes afirmações a respeito disso:

- I.** As entidades e órgãos públicos da administração direta, indireta e fundacional do Sisnama são obrigados a garantir o acesso público a processos e documentos ambientais sob sua guarda, em formato escrito, visual, sonoro ou eletrônico, incluindo informações sobre organismos geneticamente modificados.
- II.** Qualquer pessoa pode solicitar o acesso às informações ambientais por meio de requerimento escrito, sem a necessidade de comprovar interesse específico. O solicitante deve se comprometer expressamente a citar as fontes em caso de divulgação e a não utilizar os dados para fins comerciais, sob pena de responsabilização nas esferas civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial.
- III.** No prazo de trinta dias, contado da data do pedido, deverá ser prestada a informação ou facultada a consulta.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A)** Apenas I.
- (B)** Apenas I e III.
- (C)** Apenas II.
- (D)** I, II e III.